

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2024/4290	10886/2024	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DCP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Submete-se à consideração do Executivo Municipal a autorização da despesa e das peças do procedimento (programa de concurso e caderno de encargos) do CPI/10/24/DCP que visa o aluguer de equipamentos para diversos eventos do Município de Braga, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Fundamentação da necessidade de contratar

A estratégia de intervenção adotada pelo Município passa pela dinamização de um conjunto de projetos e iniciativas que, alicerçadas em sinergias institucionais e num investimento progressivo nos equipamentos Municipais, abrem portas a uma Cidade com Programas diversificados e apelativo nas áreas do Desporto e Ambiente .

É essencial também para o Município assegurar a preservação e valorização da nossa História e do nosso Património, pelo que esta vertente de salvaguarda e promoção patrimonial é ponderada nas suas iniciativas e refletidas nas necessidades reportadas.

Desde 2017, que o Município faz parte de uma rede de 295 cidades espalhadas pelo mundo que colocam a criatividade no centro do seu desenvolvimento social, cultural e económico.

No seguimento destas premissas, o Município de Braga necessita de efetuar o aluguer de diversos equipamentos e materiais, para os eventos programados a realizar ao longo do ano de 2025.



Considerando que não existem no inventário do município a tipologia de equipamentos constante do procedimento em causa, porque nem ao nível da gestão, nem ao nível do interesse público faz sentido existirem, quer por questões de custos de logística de armazenamento, quer pelos custos de manutenção associados, quer ainda pela não existência de meio físicos e humanos especializados para este fim, torna-se imperioso recorrer a este tipo de aluguer de equipamento.

Entende-se que esta contratualização tem que permitir a utilização de recursos que assegurem os adequados padrões de qualidade do serviço público, ao qual o Município está obrigado.

Num contexto global, o Município tem vindo a evidenciar-se como um novo paradigma de desenvolvimento das cidades e da competição entre estas, ancorado em agendas políticas supra#nacionais que reconhecem na cultura, no conhecimento, na inovação e na criatividade de um potencial desenvolvimento, sustentado e sustentável, das cidades e das regiões.

Assim, Braga, tem vindo a apostar em eventos de prestígio, como vetor estratégico não só no âmbito de projetos de regeneração física e funcional, como também em termos de (re) construção e projeção de uma imagem de marca, criando um ciclo virtuoso que, integrado com a estratégia económica e a da qualidade de vida, implementadas pelo município nos últimos anos, permitirá criar dinâmicas de captação e retenção de talento, fundamentais para o desenvolvimento económico sustentável que se pretende alcançar.

Perante o exposto, considera-se devidamente fundamentado interesse público subjacente ao procedimento, em conformidade com o disposto no artigo 36.º n.º 1 do CCP, assim como, foi tido em consideração os princípios da economia, eficiência e eficácia aplicáveis à assunção de compromissos e realização da despesa, considerando o disposto no artigo 18.º da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual).

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão. Notifique-se o(a) requerente no sentido desta decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Parecer

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para autorização da despesa e aprovação das peças do procedimento (convite e caderno de encargos) pertence ao Órgão Executivo.

A chefe da DCP,

Despacho

Com fundamento na presente informação concordo com as propostas constantes do ponto 3.º da presente informação.

Remeta-se à próxima reunião de Executivo.



O Presidente da Câmara.

1. Informação

Data

02/12/2024

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Prazo execução
CPI/10/24/DCP	837.661,08€	31/12/2025
Objeto	Lote 1 - SOM, LUZ, SERVIÇOS TÉCNICOS e GERADORES	393 627,17 €
	Lote 2 - TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS	405 392,92 €
	Lote 3 - SANITÁRIOS E AFINS	38 640,99 €
	TOTAL	837 661,08 €

CPV 39300000-5 Equipamento diverso

Projeção Plurianual da Despesa (valores s/IVA)

Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027	Seg.s	TOTAL
€	837.661,08€	-	-	-	837.661,08€

3. Propostas de aprovação

3.1 Da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP.

3.2 Da fixação do preço base, nos termos do artigo 47º do CCP.

3.3 Da escolha do procedimento de **concurso público com publicação internacional**, nos termos do artigo 38.º do CCP.

- 3.4** Do gestor do contrato (artigo 290º-A): Nuno Almeida - Unidade de Comunicação; Paulo Perames – Divisão Ambiente e alterações climáticas; Rosa Canário – Departamento Cidadania e Qualidade de Vida e André Cinha – Departamento de recursos Humanos
- 3.5** Do programa de concurso, do caderno de encargos, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do CCP.
- 3.6** Da designação do júri do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o qual inicia o exercício das suas funções no dia útil ao do envio do anúncio ou do convite, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do CCP.
- 3.7** Da delegação no júri, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do CCP, das competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar, desde que não impliquem aumento da despesa e não constem da parte final do n.º 2 do artigo 69º do CCP, nomeadamente:
- 3.7.1** Proceder às formalidades necessárias ao procedimento nas plataformas eletrónicas;
 - 3.7.2** Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP;
 - 3.7.3** A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, artigo 64.º do CCP;
 - 3.7.4** A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, artigo 66.º do CCP;
 - 3.7.5** Proceder à apreciação das candidaturas/ das propostas/ de soluções de projetos;
 - 3.7.6** Elaborar os relatórios de análise das candidaturas/ das propostas/ de soluções de projetos;
- 3.8** Da delegação na Divisão de Contratação Pública, das competências acima delegadas no júri, ao abrigo do disposto no artigo 125.º do CCP, caso o júri seja dispensado nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do CCP.
- 3.9** Da delegação na Divisão de Contratação Pública, das seguintes competências:
- 3.9.1** Proceder às formalidades necessárias ao procedimento nas plataformas eletrónicas;
 - 3.9.2** Proceder à notificação da decisão de adjudicação e solicitar a apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução, quando aplicável, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, acompanhada do relatório final de análise de propostas, n.º 3 do artigo 77º do CCP;
 - 3.9.3** Proceder à notificação a todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, nos termos do n.º 1 do artigo 85.º do CCP;
 - 3.9.4** A prorrogação do prazo de apresentação, ou a supressão de irregularidades, dos documentos de habilitação, nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP e nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

4. Decisão de contratar

A estratégia de intervenção adotada pelo Município passa pela dinamização de um conjunto de projetos e iniciativas que, alicerçadas em sinergias institucionais e num investimento progressivo

nos equipamentos Municipais, abrem portas a uma Cidade com Programas diversificados e apelativo nas áreas do Desporto e Ambiente .

É essencial também para o Município assegurar a preservação e valorização da nossa História e do nosso Património, pelo que esta vertente de salvaguarda e promoção patrimonial é ponderada nas suas iniciativas e refletidas nas necessidades reportadas.

Desde 2017, que o Município faz parte de uma rede de 295 cidades espalhadas pelo mundo que colocam a criatividade no centro do seu desenvolvimento social, cultural e económico.

No seguimento destas premissas, o Município de Braga necessita de efetuar o aluguer de diversos equipamentos e materiais, para os eventos programados a realizar ao longo do ano de 2025.

Considerando que não existem no inventário do município a tipologia de equipamentos constante do procedimento em causa, porque nem ao nível da gestão, nem ao nível do interesse público faz sentido existirem, quer por questões de custos de logística de armazenamento, quer pelos custos de manutenção associados, quer ainda pela não existência de meio físicos e humanos especializados para este fim, torna-se imperioso recorrer a este tipo de aluguer de equipamento.

Entende-se que esta contratualização tem que permitir a utilização de recursos que assegurem os adequados padrões de qualidade do serviço público, ao qual o Município está obrigado.

Num contexto global, o Município tem vindo a evidenciar-se como um novo paradigma de desenvolvimento das cidades e da competição entre estas, ancorado em agendas políticas supra-nacionais que reconhecem na cultura, no conhecimento, na inovação e na criatividade de um potencial desenvolvimento, sustentado e sustentável, das cidades e das regiões.

Assim, Braga, tem vindo a apostar em eventos de prestígio, como vetor estratégico não só no âmbito de projetos de regeneração física e funcional, como também em termos de (re)construção e projeção de uma imagem de marca, criando um ciclo virtuoso que, integrado com a estratégia económica e a da qualidade de vida, implementadas pelo município nos últimos anos, permitirá criar dinâmicas de captação e retenção de talento, fundamentais para o desenvolvimento económico sustentável que se pretende alcançar.

Perante o exposto, considera-se devidamente fundamentado interesse público subjacente ao procedimento, em conformidade com o disposto no artigo 36.º n.º 1 do CCP, assim como, foi tido em consideração os princípios da economia, eficiência e eficácia aplicáveis à assunção de compromissos e realização da despesa, considerando o disposto no artigo 18.º da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual).

- 5. Cabimento Prévio:** N.º Sequencial: 92159 (DRH); 92004 (Departamento Cidadania e Qualidade de Vida); 91893 (Divisão Ambiente) e 91872 (Unidade de Comunicação);

6. Escolha do procedimento (20.º)

Critério	Fundamentação	
	Direito	Facto
Valor	Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, na sua atual redação e de acordo com o artigo 474º do CCP, nº3, alínea c) do CCP, cujos valores foram atualizados pelos Regulamento Delegado EU 2023/2495: acima dos 221.000,00€ deverá a escolha do procedimento ser concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.	O valor estimado da despesa a efetuar não será superior a 837.661,08€, IVA excluído.

7. Fundamentação do Preço Base

Nos termos do disposto no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos o preço base foi definido com base nos preços base do procedimento do ano anterior acrescido da previsão da taxa de inflação de 2,1%.

No procedimento anterior, foi efetuada uma consulta preliminar ao mercado com o objetivo de averiguar qual o preço médio de mercado para as necessidades aquisitivas da entidade adjudicante, para o ano 2024, a esse preço médio foi acrescido a taxa de inflação prevista para 2025.

8. Peças do procedimento (40.º/1/a))

- Caderno de Encargos (42.º a 49.º).
- Programa de Concurso (132.º).

9. Encargos Plurianuais

Considerando o disposto no artigo 22º do D.L.197/99 de 8 de Junho, mormente a alínea a) do nº1 do artigo 22º, segundo o qual está autorizada a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens (...) desde que resultem de planos ou programas legalmente aprovados.

Nos termos da alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21/02, que aprovou as regras para a assunção de compromissos e os pagamentos em atraso das entidades públicas, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia municipal (AM).

Por outro lado, e de acordo com o artigo 12.º do DL 127/2012, de 21.06 a projeção plurianual da despesa pode ser autorizada pelo órgão deliberativo, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP's).

Considerando o disposto no n.º 3 do artigo 22º do D.L.197/99 de 8 de Junho, dentro dos 60 dias anteriores ao fim do ano económico, podem ser efetuadas adjudicações de bens ou serviços cujos efeitos se iniciem no começo do ano económico imediato, desde que se verifiquem, cumulativamente as seguintes condições:

- a) Constituir o fim da adjudicação ou da celebração do contrato despesa certa e indispensável;
- b) Os encargos contraídos não excederem a importância de dois duodécimos da verba consignada a despesas da mesma natureza no orçamento do ano em que se fizer a adjudicação ou se celebrar o contrato;
- c) Seja devidamente declarado que no projeto de orçamento aplicável foi inscrita a verba adequada para suportar a despesa.

E ainda no n.º 4 estabelece que a declaração referida na alínea c) do número anterior supre a informação de cabimento exigida no instrumento do contrato e obedece à condição do encargo vir a ser suportado pela correspondente verba do orçamento do ano económico imediato.

Tendo em conta as informações de cabimento emitidas pela Divisão de Contabilidade, julga-se estarem verificadas as condições previstas no mencionado diploma legal, pelo que se considera que os encargos com o presente procedimento estão autorizados ao abrigo da norma legal anteriormente citada.

10. Júri do Procedimento

Função	Nome	Serviço/Divisão
Presidente		Departamento de Cidadania e Qualidade de Vida
Membros efetivos		Unidade de Comunicação
		DCP
Membros suplentes		Divisão de Ambiente
		DCP
		DCP
		DCP

11. Gestor do Procedimento

Nome	Serviço/Divisão
	DCP

12. Fiscalização Prévia Tribunal Contas

Nos termos do artigo 46.º, n.º 1, alínea b) da Lei 98/97, de 26 de Agosto – LOPTC, na sua versão atualizada, estão sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, os contratos de obras públicas, aquisição de bens e serviços, bem como outras aquisições patrimoniais que impliquem despesa nos termos do artigo 48.º, quando reduzidos a escrito por força da lei;

Nos termos do n.º 1 do artigo 48.º da LOPTC, todos os contratos de valor igual ou superior a 750.000,00€ estão sujeitos a visto prévio.

Face ao mencionado anteriormente o atual procedimento está sujeito a Visto Prévio do Tribunal de Contas e não produzirá efeitos materiais e financeiros antes da obtenção o visto prévio do Tribunal de Contas.

13. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

14. Anexos

- a. Cabimento.
- b. Programa de concurso
- c. Caderno de Encargos.

15. Assinatura

O Gestor do Procedimento,

PROGRAMA DE CONCURSO

Índice

1. Identificação do Procedimento.....	3
2. Objeto do Procedimento	3
3. Entidade Adjudicante	3
4. Órgão que tomou a decisão de contratar	3
5. Fundamentação da escolha do Concurso Público	3
6. Júri – composição e competências.....	3
7. Preço base	4
8. Fundamentação do preço base	4
9. Noção de proposta.....	4
10. Documentos que constituem a proposta	4
11. Acesso às peças do procedimento	5
12. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que as instruem.....	5
13. Idioma dos documentos que constituem a(s) proposta(s).....	6
14. Prazo para apresentação da(s) proposta(s)	6
15. Propostas variantes	6
16. Prazo da obrigação de manutenção das propostas	6
17. Concorrentes.....	6
18. Modalidade jurídica de associação de empresas.....	7
19. Esclarecimentos e listas de erros e omissões.....	7
20. Peritos ou consultores	7
21. Critério de adjudicação	7
22. Adjudicação por lotes.....	8
23. Critério de desempate.....	8
24. Regras de arredondamento	8
25. Negociações	8
26. Caução.....	8
27. Documentos de habilitação.....	9
28. Regime de Beneficiário Efetivo.....	10
29. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação.....	11
30. Minuta do Contrato	11
31. Outorga do Contrato	11
32. Legislação aplicável.....	12
33. ANEXO I – Instruções para preenchimento do DEUCP	13
34. ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO	14

35. ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA	15
36. ANEXO III.1 – LISTA DOS PREÇOS UNITÁRIOS DE ACORDO COM O MAPA DE QUANTIDADE	16
37. ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO.....	17
38. ANEXO V - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO	18
39. ANEXO A – ACORDO PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO	19
40. ANEXO C – RESULTADO DA CONSULTA PRELIMINAR AO MERCADO	20

1. Identificação do Procedimento

Procedimento por Concurso Público n.º **CPI/10/24/DCP** visa o aluguer de equipamentos para diversos eventos do Município de Braga.

2. Objeto do Procedimento

LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS – Aluguer, montagem e desmontagem de estruturas móveis de apoio à realização de diversos eventos.

O procedimento compreende os seguintes lotes:

Lote 1	SOM, LUZ, SERVIÇOS TÉCNICOS e GERADORES
Lote 2	TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS
Lote 3	SANITÁRIOS E AFINS

3. Entidade Adjudicante

Município de Braga.

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Nos termos do artigo 36.º do CCP a decisão de contratar foi tomada pela:

Câmara Municipal no exercício da competência estabelecida na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do DL n.º 197/99, de 08.06, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011 de 11 de Abril e mantido em vigor pelo DL n.º 18/2008, de 29.01 (na redação atual), em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12.09.

5. Fundamentação da escolha do Concurso Público

Atendendo a que o valor do contrato previsto para este procedimento ser de 837.661,08€, o fundamento da escolha do procedimento tem por base o:

Critério do valor definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º em conjugação com a alínea c) do n.º 3 do artigo 474.º, cujos valores foram atualizados pelos Regulamento Delegado EU 2017/2365, do Código dos Contratos Públicos.

6. Júri – composição e competências

1. O concurso é conduzido por um júri composto por três membros efetivos e quatro suplentes.
2. Cabe ao Júri prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.
3. Para efeitos de análise e avaliação das propostas, face às especificações técnicas, de cada um dos lotes, o Júri poderá, nos termos do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 72.º do CCP, solicitar aos concorrentes esclarecimentos e documentação comprovativa que não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
4. No caso de não ser apresentada mais do que uma proposta, o júri poderá ser dispensado nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do CCP, sendo as suas funções exercidas pela Divisão de Contratação Pública.

7. Preço base

1. O preço base do procedimento é de **837.661,08€**, sem IVA incluído.
2. O preço referido no número anterior está dividido em Lotes da seguinte forma:

Lote 1 - SOM, LUZ, SERVIÇOS TÉCNICOS e GERADORES	393 627,17 €
Lote 2 - TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS	405 392,92 €
Lote 3 - SANITÁRIOS E AFINS	38 640,99 €
TOTAL	837 661,08 €

3. O preço referido no número anterior é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato e que limita o preço contratual.
4. O preço base, por lote, será o preço máximo em função da aplicação de preços unitários da(s) proposta(s) adjudicada(s) às quantidades efetivamente requisitadas.
5. O fornecimento contínuo dos bens e até ao limite contratual, resultará da multiplicação das quantidades efetivamente solicitadas e o preço unitário dos bens constantes da(s) proposta(s) adjudicada(s).

8. Fundamentação do preço base

Nos termos do disposto no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos o preço base foi definido com base nos preços base do procedimento do ano anterior acrescido da previsão da taxa de inflação de 2,1%.

Tal como já referido no procedimento anterior, foi efetuada uma consulta preliminar ao mercado com o objetivo de averiguar qual o preço médio de mercado para as necessidades aquisitivas da entidade adjudicante, para o ano 2024. O resultado dessa consulta preliminar consta do **Anexo C** ao presente Programa de Concurso, tendo sido acrescido da taxa de inflação prevista para 2025 (2,1%).

9. Noção de proposta

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Para efeitos do presente programa, e de acordo com o disposto no artigo 56.º do CCP, entende-se por atributo da Proposta qualquer elemento ou característica da mesma que diga respeito a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência pelo caderno de encargos.

10. Documentos que constituem a proposta

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, elaborada em conformidade com o modelo e instruções constantes do **Anexo I** ao presente Programa de Concurso;
 - b. Proposta deve conter os seguintes atributos:
 - i. Declaração com o preço total, dos **bens**, que não devem incluir o IVA, para cada lote a que concorra conforme modelo constante do **Anexo III** do presente Programa;

- ii. Documento onde conste, **para cada lote que concorra**, a lista dos preços unitários elaborada de acordo com o Mapa de Quantidades – Anexo III.1
2. As propostas a apresentar terão de abranger a totalidade dos bens, **para cada lote a que concorra, que constam do Anexo III** sob pena de exclusão das propostas.

No caso de a proposta ser submetida por um agrupamento

3. Se a proposta e todos os documentos que se lhe associarem forem apresentados por um agrupamento de concorrentes, devem os mesmos ser apenas assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao Anexo I dos documentos da proposta, a declaração conforme modelo constante do **ANEXO A** do presente programa de concurso.
4. Se a proposta e todos os documentos que se lhe associarem forem apresentados por um agrupamento de concorrentes e não existir um representante comum, deve a proposta e todos os documentos que se lhe associarem conter a assinatura eletrónica qualificada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

11. Acesso às peças do procedimento

1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública Vortal com o endereço <https://www.vortal.biz/pt>
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento.
3. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante ou o gestor do procedimento/júri e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário, relativas na fase de formação do contrato, devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica atrás referida, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do Código dos Contratos Públicos.

12. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que as instruem

1. A(s) proposta(s) e os documentos que a instruem serão apresentados através da **plataforma eletrónica** em uso nesta entidade sita em: <https://www.vortal.biz/pt>.
2. Os concorrentes deverão **assinar eletronicamente todos os documentos carregados** na Plataforma, mediante a utilização de Certificado de Assinatura Qualificada, de acordo com o artigo 54.º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, sendo necessário selos temporais para a submissão de propostas.
3. Nos casos em que o Certificado Digital **não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura**, deve a entidade interessada **submeter à Plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante:**
 - a. **Certidão do registo comercial** ou no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial **da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos**, e/ou;

- b. **Procuração** que confira a este último, poderes para o efeito, feita pelo interessado a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou um organismo profissional qualificado.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto.
 5. A proposta deve mencionar que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável entendendo-se, na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
 6. Todos os preços, parciais ou totais, não deverão ter mais de quatro casas decimais.

13. Idioma dos documentos que constituem a(s) proposta(s)

Todos os documentos devem ser apresentados em Português ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

14. Prazo para apresentação da(s) proposta(s)

1. As propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às **23H59m do 30.º dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação.
2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.
3. A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas¹.

15. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de proposta(s) variante(s).

16. Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 120 **(cento e vinte) dias** contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas, de acordo com o mencionado no artigo 65.º do CCP.

17. Concorrentes

1. Podem ser concorrentes ao presente procedimento as pessoas, singulares ou coletivas, que não se encontrem em qualquer uma das situações impeditivas previstas no artigo 55.º do CCP.
2. Podem ainda ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as entidades do agrupamento cumpram os requisitos legais exigidos para efeitos do presente procedimento.
3. Os membros do agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

¹ Refere-se a título de exemplo: prazo para esclarecimentos e retificação de peças do procedimento (art.º 50º do CCP); prazos relativos à apresentação de erros e omissões e decisão dos mesmos (art.º 63º do CCP).

4. Todos os membros de um agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta.

18. Modalidade jurídica de associação de empresas

Em caso de adjudicação todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos da lei.

19. Esclarecimentos e listas de erros e omissões

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ao júri do concurso através da plataforma eletrónica VORTAL com endereço <https://www.vortal.biz/pt>.
2. No mesmo prazo, devem os interessados apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. Os esclarecimentos a que se referem os números anteriores são prestados pelo júri, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica.
4. A entidade adjudicante pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previsto no número anterior.
5. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicadas para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

20. Peritos ou consultores

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

21. Critério de adjudicação

1. Para da um dos Lotes, a adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade:
 - a. **Monofator**, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, neste caso o preço como único aspeto da execução do contrato a celebrar.
 - b. Para efeitos do número anterior, será considerada mais vantajosa a proposta que apresente o menor preço.

22. Adjudicação por lotes

Os concorrentes podem apresentar **propostas para um, para vários ou para todos os lotes**, sendo que a entidade adjudicante pode adjudicar mais que um lote ao mesmo concorrente.

23. Critério de desempate

Se por via da aplicação dos critérios definidos nos números anteriores se verificar a igualdade de pontuação entre duas ou mais propostas, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo júri, com a presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato público. A sessão para a realização do referido sorteio será agendada e notificada aos interessados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

24. Regras de arredondamento

Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados sempre considerando quatro casas decimais, processando-se o arredondamento da pontuação final do critério de adjudicação até à terceira casa decimal.

25. Negociações

A(s) proposta(s) apresentada(s) não será(ão) objeto de negociação.

26. Caução

1. Quando o preço contratual/preço total dos lotes adjudicados a um mesmo concorrente atinja ou supere os 500.000,00€, o adjudicatário será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 77.º e no artigo 91.º do CCP.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 3% do preço total do contrato ou 10% , se o preço total do contrato for considerado anormalmente baixo, deve ser prestada:
 - a. Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade que for indicada pelo Município de Braga nos termos do modelo constante do Anexo IV ao presente programa de concurso, que dele faz parte integrante;
 - b. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do Anexo V ao presente programa de concurso, que dele faz parte integrante.
3. Pode não ser exigida a prestação de caução, quando o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, [ou *declaração de assunção de responsabilidade solidária*] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.
4. A liberação da caução ocorrerá na devida proporção anual do cumprimento das obrigações contratuais.

27. Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no n.º 10 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontra registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, a saber:
 - a. Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite, do qual faz parte integrante.
 - b. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP.
 - c. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente **a impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do artigo 55.º do CCP.
 - d. Certificado de **registo criminal**, do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou **dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência** em efetividade de funções **e da própria pessoa coletiva**, ou documento equivalente, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do artigo 55.º e do artigo 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina "Contratação Pública".
 - e. Cópia da **certidão do registo comercial** ou o código de acesso à certidão permanente ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial. ²
 - f. Declaração de início de atividade.³
 - g. Documentos de habilitação previstos no n.º 3 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro, quando for o caso.
 - h. Documentos de habilitação previstos no n.º 4 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro, quando for o caso.
2. No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por agrupamento:
 - a. Os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.
 - b. Devem apresentar cópia do contrato de constituição da modalidade jurídica de consórcio externo, caso já não disponham de outra modalidade jurídica prevista por lei, do qual constem os elementos previstos no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07, nomeadamente:
 - i. Objeto e natureza do consórcio (artigo 2.º);
 - ii. Denominação do consórcio (artigo 15.º);
 - iii. Duração do consórcio/ vigência;

² Não aplicável a entidades não comerciais.

³ Aplicável no caso de a adjudicação ser a uma entidade em nome individual.

- iv. Chefe de consórcio (artigo 12.º) - representante empresa e responsável. Indicaram em declaração isolada, deverá estar no acordo;
 - v. Obrigações do chefe de consórcio (artigos 13.º e 14.º);
 - vi. Deveres dos membros do consórcio (artigo 8.º);
 - vii. Responsabilidade conjunta das partes - Cotação de cada uma das representadas (poderá refletir o peso de cada parte no valor adjudicado).
3. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
 4. Nos casos em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do **Tribunal de Contas, o órgão competente para a decisão de contratar deve solicitar ao adjudicatário a apresentação de um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.**
 5. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
 6. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
 7. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, mediante o mesmo meio que foi admissível para apresentação das propostas.

28. Regime de Beneficiário Efetivo⁴

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá ainda apresentar o **documento comprovativo de registo no RCBE⁵**, ou respetivo código de acesso.
2. Tendo em consideração o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas no Regime Jurídico do Registo Central do

⁴ Não aplicável a entidades em nome individual

⁵ Estão excluídas da apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º do Anexo, da Lei 89/2017, de 21 de agosto

Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º - A do CCP.

29. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos **no prazo máximo de 5 (cinco) dias** após a notificação da adjudicação.
2. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário **dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias** para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP
3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar. *(n.º 2 do artigo 85º do CCP)*.
4. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado do facto ocorrido, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias** se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia. *(n.º 2 do artigo 86º do CCP)*.
5. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, por um facto que não seja imputável ao adjudicatário, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**. *(n.º 3 do artigo 86º do CCP)*.

30. Minuta do Contrato

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 (cinco) dias** subsequentes à respetiva notificação.

31. Outorga do Contrato

1. A Outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a. Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação, exceto quando: tenha sido apresentada uma única proposta; o procedimento tenha sido realizado ao abrigo de um acordo-quadro; e não tenha sido publicado no JOUE, conforme previsto no n.º 4 do artigo 95.º do CCP.
 - b. Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c. Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida.
2. O órgão competente para a decisão de contratar remete ao adjudicatário, para assinatura o contrato, devendo a assinatura ocorrer por meio de aposição de assinatura eletrónica.


3. O prazo para a outorga e remessa (devolução) do contrato por parte do 2.º outorgante é de 5 dias.

32. Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissivo no presente programa de concurso, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e republicado no DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto de 2017, e sucessivas alterações, nomeadamente a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio), e restante legislação aplicável.

Despacho:

Aprovo o presente Programa de Concurso.

Braga, 2024 / 12 / 02
 O Presidente da Câmara,

33. ANEXO I – Instruções para preenchimento do DEUCP⁶**1. Nota Prévia**

O Modelo de declaração Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) ou (ESPD–European Single Procurement Document) disponibilizado no presente procedimento em formato “PDF” previamente preenchido pela entidade adjudicante e que pode ser obtido em formato eletrónico na área específica do Portal da Comissão Europeia, no link: <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt> utilizando o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.

O(s) DEUCP(s) deve(m) ser assinado(s) eletronicamente, pelo(s) operador(es) económico(s) ou por representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada. Recomenda-se, para efeitos do preenchimento do formulário, a prévia leitura da Circular como, o documento de ajuda (FAQ) em anexo à mesma, em: http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/Circular_informativa_1_IMPIC_2016.pdf

2. Instruções

- a) O DEUCP, de formato eletrónico, deve ser obtido na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <https://ec.europa.eu/growth/toolsdatabases/espd/filter?lang=pt>
- b) Selecionar “Sou um operador económico”, “Importar um DEUCP” e clicar “Escolher ficheiro”, após o que deve navegar no explorador de ficheiros até à localização do ficheiro “2018-10-espd-request.xml”.
- c) Uma vez carregado o ficheiro, selecionar “Portugal” na caixa “Selecionar país” e clicar “Seguinte”.
- d) Na Parte II [Informações sobre o operador económico], preencher os blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”.
- e) Na Parte III [Motivos de exclusão], responder às questões dos blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”.
- f) Na Parte IV [Critérios de seleção] responder somente ao bloco α [Indicação global sobre todos os critérios de seleção] e clicar em “Seguinte”.
- g) Preencher somente a Parte VI [Declarações finais], clicar em “Exportar”, guardar o ficheiro “2018-10-espdresponse.xml”, imprimir o documento em formato PDF e guardá-lo com a designação “DEUCP”;
- h) Anexar o ficheiro criado no ponto anterior aos documentos a submeter no procedimento.

⁶ Se for concurso público sem publicação no JOUE, deve colocar-se o Anexo I do CCP, de acordo com o modelo constante no presente programa de concurso.

34. ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (7) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (8) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (11)]

(7) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(8) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

35. ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

5. nome, número de documento de identificação¹² e morada), na qualidade de representante legal de ¹³ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada¹⁴ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
6. O **preço total da proposta**, resultante da soma dos preços unitários, relativo aos **Lotes***:,,é de € (em euros, por extenso e por algarismos), que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), distribuídos da seguinte forma:

Lote 1 - SOM, LUZ, SERVIÇOS TÉCNICOS e GERADORES	
Lote 2 - TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS	
Lote 3 - SANITÁRIOS E AFINS	
Preço global da proposta	€

*retirar os lotes aos quais não concorra

Aos quais acresce imposto sobre o valor acrescentado (IVA) de %.

7. Os preços unitários encontram-se discriminados no ficheiro Excel denominado "**Mapa de Quantidades – Anexo III.1**" o qual faz parte integrante da proposta.
8. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(¹²) Indicar o n.º do BI ou do CC

(¹³) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(¹⁴) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

9. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
10. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
11. Mais declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

36. ANEXO III.1 – LISTA DOS PREÇOS UNITÁRIOS DE ACORDO COM O MAPA DE QUANTIDADE

De acordo com o documento excell anexo ao presente programa de concurso.

37. ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Para os devidos efeitos, _____ (*sede, filial, agência ou delegação da entidade bancária*), declara que _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), nos termos e para os efeitos previstos dos n.ºs 3 e 4 do 90.º do Código dos Contratos Públicos, depositou neste Banco a quantia de _____ €, como caução exigida para _____ (*identificação do procedimento*).

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (*entidade adjudicante*).

A presente caução permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

38. ANEXO V - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução (*eliminar o que não interessar*) n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8 / 7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 3% ¹⁵ do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, e com ela o banco garante assumir o compromisso irrevogável de pagar, logo à primeira solicitação e sem direito de protesto ou reclamação ou qualquer reserva, toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia entra em vigor na data da sua emissão e permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Braga, através do seu Presidente, não podendo ser anulada ou alterada sem o seu consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

¹⁵ Adaptar à percentagem correta

39. ANEXO A – ACORDO PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

_____ (firma, número de identificação fiscal e sede), neste ato representada pelos signatários, _____ (nome, número de identificação), com poderes para o efeito e com domicílio profissional na _____ (morada), concorrente ao Concurso Público/Concurso Público Internacional com a referência _____ lançado pelo Município de Braga relativo ao _____ (designação do procedimento em causa), concorre em AGRUPAMENTO com _____ (firma, número de identificação fiscal e sede), sendo a **REPRESENTANTE COMUM DO AGRUPAMENTO** (e futura chefe de consórcio) de acordo com o presente **Acordo Promessa de Constituição de Consórcio**, e respetivo **Instrumento de Mandato**, formalizando, desde já, a intenção de, em caso de Adjudicação, se constituir em **CONSÓRCIO**, nos termos do Decreto-lei 231/81, de 28 de julho, em regime de Responsabilidade Solidária com a Sociedade supra referida e da qual aceitou a sua nomeação como Sociedade Representante Comum do Agrupamento e futura Chefe de Consórcio.

A participação qualitativa de cada Sociedade é a que se discrimina:

Firma	Participação (%) ou (€)
A -	
B -	

A _____ (firma) conjuntamente com _____ (firma), declara perante o Município de Braga, que tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar, em Responsabilidade Solidária Passiva, se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, bem como à apresentação e manutenção da proposta.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



40. ANEXO C – RESULTADO DA CONSULTA PRELIMINAR AO MERCADO

No sentido de evitar a distorção da concorrência para efeito e nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 35.º-A do CCP, junto se apresenta o resultado da consulta preliminar efetuada em finais de 2023, para o procedimento CPI/01/24/DCP, a vigorar no ano 2024:

Código	Descrição	Área	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Orçamento 4	Média
A001/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Extra-Grande) frente palco +side	Audio			1 500,00 €		1 500,00 €
A002/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Grande) Frente e Palco				1 150,00 €		1 150,00 €
A003/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Médio) Mo mesa frente				485,00 €		485,00 €
A004/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Pequeno)				255,00 €		255,00 €
A005/2022	Especificações técnicas (Audio Som Ambiente)	Microfonia + Palco			325,00 €		325,00 €
B001/2022	4 headset + 4 microfone wireless				160,00 €		160,00 €
B002/2022	8 headset + 4 microfone wireless				235,00 €		235,00 €
B003/2022	Microfonia para Banda Kit Standart				350,00 €		350,00 €
C001/2022	Basic Convencional	Iluminação			215,00 €		215,00 €
C002/2022	Convencional TP Pack				250,00 €		250,00 €
C003/2022	Convencional Teatro				280,00 €		280,00 €
C004/2022	Moving Head + Static 12 unid				285,00 €		285,00 €
C005/2022	Moving Head + Static 24 unid				350,00 €		350,00 €
C006/2022	Moving Head + Static 36 unid				425,00 €		425,00 €
C007/2022	Static Strob 12 unid				285,00 €		285,00 €
C008/2022	Arquitetural exterior				175,00 €		175,00 €
C009/2022	Arquitetural interior				175,00 €		175,00 €
C010/2022	Iluminação Arri 5k				200,00 €		200,00 €
C011/2022	Mesa de Iluminação				100,00 €		100,00 €
D001/2022	Box Truss 10 x10m	Equipamento complementar a evento			600,00 €		600,00 €
D002/2022	Box Truss 30 x 5 x 7 (3 meses)				6 000,00 €		6 000,00 €
D003/2022	Decks palco (10 und)				430,00 €		430,00 €
D004/2022	TECIDO TENSIONADO M2				5,50 €		5,50 €
D005/2022	Passa Cabos 2 vias				3,50 €		3,50 €
D006/2022	Passa cabos 5 vias				6,50 €		6,50 €
D007/2022	Lindoleo dança 12 x 10				600,00 €		600,00 €
D008/2022	Estrutura Truss 6x4 com tela incluída				600,00 €		600,00 €
D009/2022	Cabine de tradução Normalizada				1 100,00 €		1 100,00 €
D010/2022	Sistema de Auriculares				15,00 €		15,00 €
D011/2022	Estrutura truss Folding 10 metros altura				900,00 €		900,00 €
E001/2022	Ecrã LED 3,5 x 2	Multimédia			335,00 €		335,00 €

E002/2022	Ecrã LED 4,5 x 2,5 m				1 150,00 €	1 150,00 €
E003/2022	Ecrã LED 5,5 x 3				570,00 €	570,00 €
E004/2022	Ecrã LED 7 x 4				750,00 €	750,00 €
E005/2023	Ecrã LED 11 x 6				1 100,00 €	1 100,00 €
E006/2022	LCD 85" com Suporte móvel				75,00 €	75,00 €
E007/2022	Projektor de video 7500 ANSILumens				285,00 €	285,00 €
E008/2022	Projektor de video 15000 ANSILumens				1 300,00 €	1 300,00 €
E009/2022	Projektor de video 20000 ANSILumens				2 490,00 €	2 490,00 €
E010/2022	Projektor de video 30000 ANSILumens				3 570,00 €	3 570,00 €
E011/2022	Banner Led 70 x1m com estrutura em Truss 6 metros de altura				6 750,00 €	6 750,00 €
E012/2022	Projektor de cinema DCP				900,00 €	900,00 €
F001/2022	04 maquinas C02				200,00 €	200,00 €
F002/2022	04 maquinas de fogo				160,00 €	160,00 €
F003/2022	08 Sparkulares				95,00 €	95,00 €
F004/2022	Máquina de Neve				600,00 €	600,00 €
F005/2022	Máquina de Confetis				250,00 €	250,00 €
G001/2022	Captção de Imagens com 3 camaras				810,00 €	810,00 €
G002/2022	Streaming				235,00 €	235,00 €
G003/2022	Grua com operador				505,00 €	505,00 €
H001/2022	Mobiliário de Palco Orquestra				350,00 €	350,00 €
H002/2022	Bateria Backline				500,00 €	500,00 €
H003/2022	Combo Guitarra Electrica				280,00 €	280,00 €
H004/2022	Combo baixo electrico				230,00 €	230,00 €
H005/2022	Guitarra Electrica				285,00 €	285,00 €
H006/2022	Baixo Electrico				295,00 €	295,00 €
H007/2022	Teclado Nordstage				365,00 €	365,00 €
H008/2022	Piano C3				775,00 €	775,00 €
H009/2022	Piano C7				1 080,00 €	1 080,00 €
H010/2022	Piano Steinway D				2 350,00 €	2 350,00 €
H011/2022	Kit DJ				335,00 €	335,00 €
I001/2022	Quadro Electrico 32 A 5 P				135,00 €	135,00 €
I002/2022	Quadro Electrico 63 A 5P				170,00 €	170,00 €
I003/2022	Quadro Electrico 125 A 5P				200,00 €	200,00 €
I004/2022	Quadro Electrico 400 A 5P				340,00 €	340,00 €
I005/2022	Cablagem electrica 16 A 3 P (metro)				5,50 €	5,50 €
I006/2022	Cablagem electrica 32 A 3 P (metro)				5,50 €	5,50 €
I007/2022	Cablagem electrica 32 A 5 P (metro)				8,50 €	8,50 €
I008/2022	Cablagem electrica 63 A 5 P (metro)				8,00 €	8,00 €
I009/2022	Cablagem electrica 125 A 5 P (metro)				11,00 €	11,00 €
I010/2023	Cablagem Electrica 250 A 1 P (Metro)				17,00 €	17,00 €
J001/2022	Gerador 100 kva				380,00 €	380,00 €



BRAGA
Município

Direção Municipal de Gestão
Departamento de Controlo Financeiro
Divisão de Contratação Pública

J002/2022	Gerador 150 kva					620,00 €		620,00 €		620,00 €
J003/2022	Gerador 180 kva					750,00 €		750,00 €		750,00 €
J004/2022	Gerador 250 kva					1 880,00 €		1 880,00 €		1 880,00 €
J005/2022	Gerador 330 kva					1 010,00 €		1 010,00 €		1 010,00 €
J006/2022	Abastecimento Gerador /h					68,00 €		68,00 €		68,00 €
J007/2022	Sincronização					870,00 €		870,00 €		870,00 €
K001/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,20m e 0,40m)		13,20 €	14,00 €			14,20 €		14,20 €	13,80 €
K002/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,40m e 0,60m)		14,30 €	15,00 €			15,40 €		15,40 €	14,90 €
K003/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,60m e 0,80m)		15,95 €	16,75 €			17,15 €		17,15 €	16,62 €
K004/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,80m e 1,00m)		17,05 €	18,00 €			18,35 €		18,35 €	17,80 €
K005/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,00m e 1,20m)		18,15 €	19,00 €			18,55 €		18,55 €	18,57 €
K006/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,20m e 1,40m)		19,25 €	20,00 €			20,70 €		20,70 €	19,98 €
K007/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,40m e 1,60m)		21,10 €	22,00 €			22,70 €		22,70 €	21,93 €
K008/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,60m e 1,80m)		23,20 €	24,35 €			24,95 €		24,95 €	24,17 €
K009/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,80m e 2,00m)		25,50 €	27,00 €			27,45 €		27,45 €	26,65 €
K010/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 2,00m e 3,00m)		28,00 €	29,40 €			30,10 €		30,10 €	29,17 €
L001/2022	Palco Orbital (187,5m2) 15m x 12,5m + pre-rigg 10m		12 017,50 €	12 620,00 €			12 918,81 €		12 918,81 €	12 518,77 €
L002/2022	Palco Orbital (250m2) 20m x 12,5m + pre-rigg 15m		18 040,00 €	18 940,00 €			19 393,00 €		19 393,00 €	18 791,00 €
L003/2022	Palco Orbital (100m2) 10m x 10m + pre-rigg 5m		7 150,00 €	7 500,00 €			7 686,25 €		7 686,25 €	7 445,42 €
L004/2022	Palco SRS 20m x 16,25m + pre-rig 15m		23 810,00 €	25 000,00 €			25 595,75 €		25 595,75 €	24 801,92 €
L005/2022	Palco SRS 17,5m x 10m + pre-rig 10m		11 215,00 €	11 775,00 €			12 256,15 €		12 256,15 €	11 748,72 €
M001/2022	Régie Orbital com 2 andares		605,00 €	635,00 €			650,40 €		650,40 €	630,13 €
M002/2022	Torres PA 2,5m x 2,5m x 12m		1 457,50 €	1 530,00 €			1 566,85 €		1 566,85 €	1 518,12 €
M003/2022	Torres PA 2,5m x 2,5m x 10m		1 276,00 €	1 340,00 €			1 371,70 €		1 371,70 €	1 329,23 €
M004/2022	Pesos em betão 100kg 500Kg e 1000Kg		605,00 €	635,00 €			650,40 €		650,40 €	630,13 €
M005/2022	Áreas de Serviço 3,75m x 7,5m		1 210,00 €	1 270,00 €			1 300,75 €		1 300,75 €	1 260,25 €
M006/2022	Lonas orfónicas para Torres PA		38,50 €	40,40 €			41,40 €		41,40 €	40,10 €
M007/2022	Escadas de palco		423,50 €	445,00 €			455,30 €		455,30 €	441,27 €
M008/2022	Rampa de acesso		495,00 €	520,00 €			523,15 €		523,15 €	512,72 €
M009/2022	Viga exterior em aço		1 650,00 €	1 732,50 €			1 773,75 €		1 773,75 €	1 718,75 €
M010/2022	Iluminação de Serviço e Emergência		5,50 €	5,80 €			5,95 €		5,95 €	5,75 €



Direção Municipal de Gestão
Departamento de Controlo Financeiro
Divisão de Contratação Pública

N001/2022	Barreiras Anti-pânico 1m		90,75 €	95,30 €		97,60 €	94,55 €
N002/2022	Grades de Vedação		27,50 €	29,00 €		29,60 €	28,70 €
N003/2022	Grades Delimitadoras		55,00 €	57,75 €		59,15 €	57,30 €
N004/2022	Fitas extensíveis 3m		35,75 €	37,50 €		38,45 €	37,23 €
N005/2022	Malha-sol verde (ml)		11,00 €	11,55 €		11,85 €	11,47 €
N006/2022	Malha-sol opaca (ml)		16,50 €	17,00 €		17,75 €	17,08 €
O001/2022	Stand expositor M (3m x 3m x 2m)		825,00 €	865,00 €		886,90 €	858,97 €
O002/2022	Stand expositor L (6m x 3m x 2m)		1 000,00 €	1 050,00 €		1 075,00 €	1 041,67 €
O003/2022	Banca de madeira com toldo branco de pano (Posto de informação): 2,2m x 0,70m		302,50 €	320,00 €		325,20 €	315,90 €
O004/2022	Casa madeira 2,5m x 2,5m		786,50 €	825,00 €		845,50 €	819,00 €
O005/2022	Stand's modulares 3m x 3m		434,50 €	455,00 €		467,10 €	452,20 €
P001/2022	Muralha Romana		30 000,00 €	31 500,00 €		32 250,00 €	31 250,00 €
Q001/2022	Domé 5m		1 210,00 €	1 270,00 €		1 300,75 €	1 260,25 €
Q002/2022	Tenda Cônica 3m x 3m		495,00 €	520,00 €		532,15 €	515,72 €
Q003/2022	Tenda Cônica 5m x 5m		605,00 €	635,00 €		650,40 €	630,13 €
Q004/2022	Tenda 2 águas 5m x 5m		453,75 €	475,00 €		487,80 €	472,18 €
Q005/2022	Tenda 2 águas 10m x 5m		907,50 €	950,00 €		975,60 €	944,37 €
Q006/2022	Tenda orbital 10m x 5m		1 361,25 €	1 430,00 €		1 463,35 €	1 418,20 €
Q007/2022	Tenda orbital 20m x 5m		2 722,50 €	2 860,00 €		2 926,70 €	2 836,40 €
Q008/2022	Tenda Tensionada 10x10 (pesos incluídos)		5 225,00 €	5 485,00 €		5 616,90 €	5 442,30 €
Q009/2022	Tunel Entrada (tenda orbital)		1 450,00 €	1 525,00 €		1 558,75 €	1 511,25 €
Q010/2022	Tenda 2 águas 15m x 5m		1 361,25 €	1 430,00 €		1 463,35 €	1 418,20 €
Q011/2022	Tenda 2 águas 20m x 5m		1 815,00 €	1 900,00 €		1 951,15 €	1 888,72 €
Q012/2022	Tenda 2 águas 25m x 5m		2 268,75 €	2 380,00 €		2 438,95 €	2 362,57 €
Q013/2022	Tenda orbital 15m x 5m		2 046,00 €	2 150,00 €		2 199,45 €	2 131,82 €
Q014/2022	Tenda orbital 25m x 5m		3 404,50 €	3 575,00 €		3 659,85 €	3 546,45 €
Q015/2022	Tenda de artesanato 2,40*1,5*2,2m		352,00 €	370,00 €		378,40 €	366,80 €
Q016/2022	Tenda de artesanato 2,40*2,5*2,2m		506,00 €	530,00 €		543,95 €	526,65 €
R001/2022	Contentor Balneário 6m x 2,44m		1 677,50 €	1 762,50 €		1 803,35 €	1 747,78 €
R002/2022	Contentor Sanitário 6m x 2,44m		1 677,50 €	1 762,50 €		1 803,35 €	1 747,78 €
R003/2022	Contentor Sanitário Mobilidade Reduzida + Berçário		1 210,00 €	1 270,50 €		1 300,75 €	1 260,42 €
R004/2022	Contentor Camarim 6mx2,4m (com mobiliário: 2 espelhos, 3 mesas, 6 cadeiras, 1 frigorífico, 1 charrió)		1 375,00 €	1 445,00 €		1 478,15 €	1 432,72 €
R005/2022	Sanitário Químico - un		247,50 €	260,00 €		266,10 €	257,87 €
R006/2022	Limpeza Sanitários - un		82,50 €	86,50 €		88,70 €	85,90 €
R007/2022	Contentor Posto Informação 2,44m x 2,44m		550,00 €	577,50 €		591,25 €	572,92 €
S001/2022	Bancadas normalizadas com cadeiras individuais capacidade 404		3 300,00 €	3 465,00 €		3 547,50 €	3 437,50 €
S002/2022	Bancadas normalizadas com cadeiras individuais capacidade 608		5 513,20 €	5 790,00 €		5 926,70 €	5 743,30 €
T001/2022	Bombas de calor - un		616,00 €	645,00 €		662,20 €	641,07 €
T002/2022	Ar-Condicionado - un		671,00 €	700,00 €		721,35 €	697,45 €



BRAGA
MUNICÍPIO

Direção Municipal de Gestão
Departamento de Controlo Financeiro
Divisão de Contratação Pública

T003/2022	Guarda-corpos - ml		42,35 €	45,00 €		45,55 €	44,30 €
T004/2022	Alcatifa m2 com colocação		4,95 €	5,20 €		5,35 €	5,17 €
T005/2022	Frigorífico - un		107,25 €	112,50 €		115,30 €	111,68 €
T006/2022	Saia de Palco - m2		4,95 €	5,20 €		5,35 €	5,17 €
T007/2022	Conjunto mesa + 2 bancos compridos - un		90,75 €	95,00 €		97,60 €	94,45 €
T008/2022	Linóleo m2 (c/ colocação)		12,10 €	12,70 €		13,05 €	12,62 €
T009/2022	Estruturas Biombo - ml		46,75 €	50,00 €		50,30 €	49,02 €
T010/2022	Bancos compridos madeira - un		33,00 €	35,00 €		35,50 €	34,50 €
T011/2022	Sofá/Poltrona Individuais - un		110,00 €	115,50 €		118,25 €	114,58 €
T012/2022	Balcão de recepção - un		110,00 €	115,50 €		118,25 €	114,58 €
T013/2022	Lavatório de mãos - un		165,00 €	175,00 €		117,40 €	152,47 €
T014/2022	Sinalética WC e Mobilidade Reduzida (aérea e iluminada) - un		3 052,50 €	3 205,00 €		3 281,45 €	3 179,65 €
T015/2022	Pérgulas de madeira com tecido 3x3 - un		550,00 €	577,50 €		591,25 €	572,92 €
T016/2022	Bolas Insufláveis c/ impressão (2m de diâmetro) - un		880,00 €	925,00 €		946,00 €	917,00 €
T017/2022	Paredes em madeira (1 m x 0,20m x 2m)		100,00 €	105,00 €		107,50 €	104,17 €
T018/2022	Púlpito em acrílico		385,00 €	400,00 €		413,90 €	399,63 €
T019/2022	Púlpito digital		770,00 €	810,00 €		827,75 €	802,58 €
T020/2022	Mesas de apoio baixas		37,50 €	40,00 €		40,35 €	39,28 €
T021/2022	Mesas de conferência		100,00 €	105,00 €		107,50 €	104,17 €
T022/2022	Secretárias brancas		49,50 €	52,00 €		53,25 €	51,58 €
T023/2022	Puff		37,50 €	40,00 €		40,35 €	39,28 €
T024/2022	Cadeiras pretas almofadadas		9,90 €	10,40 €		10,65 €	10,32 €
T025/2022	Estante de Cubos		385,00 €	405,00 €		413,90 €	401,30 €
T026/2022	Banco de Jardim em ferro		110,00 €	115,50 €		118,25 €	114,58 €
T027/2022	Candeiro de Jardim em ferro		210,00 €	220,00 €		225,75 €	218,58 €

CADERNO DE ENCARGOS ALUGUER DE EQUIPAMENTO

Índice

PARTE I – Cláusulas Gerais.....	2
1ª. Objeto.....	2
2ª. Contrato	2
3ª. Prazo do contrato.....	2
Secção I – Obrigações da entidade adjudicante	3
4ª. Obrigações da entidade.....	3
5ª. Preço contratual	3
6ª. Modificação contratual	4
7ª. Alterações ao contrato	4
8ª. Condições de pagamento.....	4
Secção II – Obrigações do cocontratante.....	5
9ª. Obrigações principais do cocontratante	5
10ª. Proteção de dados pessoais	6
11ª. Responsabilidades.....	7
12ª. Dever de sigilo	7
13ª. Termos de desempenho ambientais.....	8
Secção III – Penalidades contratuais e força maior	8
14ª. Penalidades contratuais.....	8
15ª. Força maior	9
Secção III – Resolução e subcontratação contratual.....	9
16ª. Resolução por parte da entidade adjudicante	9
17ª. Resolução por parte do cocontratante.....	10
18ª. Subcontratação e cessão da posição contratual	10
19ª. Foro competente	10
Secção IV – Disposições Finais	11
20ª. Comunicações e notificações	11
21ª. Gestor do Contrato	11
22ª. Local da prestação de serviços/ entrega dos bens	11
23ª. Contagem dos prazos	11
24ª. Legislação aplicável.....	11
Parte II – Cláusulas Especiais	11
25ª. Especificações técnicas	11
26ª. Caracterização dos Equipamentos em Regime de Locação	16
27ª. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	16
28ª. Equivalência Técnica.....	18

PARTE I – Cláusulas Gerais

1ª. Objeto

1. Procedimento n.º **CPI/10/24/DCP**.
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o de aluguer de equipamentos para diversos eventos do Município de Braga.
3. O procedimento compreende os seguintes lotes:

Lote 1	SOM, LUZ, SERVIÇOS TÉCNICOS e GERADORES
Lote 2	TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS
Lote 3	SANITÁRIOS E AFINS

2ª. Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, independentemente de ser ou não reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos que integram o contrato e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

3ª. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor até **31 de dezembro de 2025**, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.
2. O prazo indicado no número anterior, inicia-se:

- a. Com contrato reduzido a escrito, a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, sendo condição de eficácia, mas a sua execução material e financeira só se inicia após a obtenção do Visto do Tribunal de Contas.
3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
4. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

Secção I – Obrigações da entidade adjudicante

4ª. Obrigações da entidade

1. A entidade adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento dos serviços/bens que lhe sejam prestados.
2. A entidade adjudicante deve fornecer ao cocontratante a informação relevante e necessária relacionada com o contrato.
3. A entidade deve assegurar, na formação e na execução dos contratos públicos, que os operadores económicos respeitam as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

5ª. Preço contratual

1. Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido. Pela disponibilização dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao(s) adjudicatário(s) o preço constante da(s) proposta(s) adjudicada(s), em regime de fornecimento contínuo a até ao limite máximo mencionado no ponto três, de acordo com os **valores resultantes das quantidades efetivamente requisitadas e o preço unitário dos artigos constantes da(s) proposta(s) adjudicada(s)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Os valores contratuais estimados, por lote, obtidos pela multiplicação dos preços unitários adjudicados pelas quantidades efetivas não poderão exceder os seguintes montantes, no **prazo máximo de vigência** admitido (valores sem IVA):

Lotes	Preço Base
Lote 1 - SOM, LUZ, SERVIÇOS TÉCNICOS e GERADORES	393 627,17 €
Lote 2 - TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS	405 392,92 €
Lote 3 - SANITÁRIOS E AFINS	38 640,99 €
TOTAL	837 661,08 €

3. O produto da multiplicação dos preços unitários efetivos, resultante da(s) proposta(s) adjudicada(s) pelas quantidades efetivas, não pode, em qualquer caso, ser superior a **€ 837.661,08, no total dos lotes, no prazo máximo de vigência** admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).
4. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
5. O preço a que se refere o n.º 2 considera-se executado com a prestação integral dos serviços/fornecimento integral dos bens.

6ª. Modificação contratual

Os prazos previstos na cláusula 3.^a – Prazo do contrato, podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do cocontratante devidamente fundamentado, sem que daqui possa decorrer aumento do preço contratual máximo, salvaguardando o limite temporal de 3 anos.

7ª. Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da publicitação no portal dos contratos públicos.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma alguma antecedência em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a. Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b. Decisão judicial ou arbitral;
 - c. Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

8ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
 - a. o artigo 36.º do CIVA;
 - b. o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
 - c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
 - i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;

- ii. Contactos: sales@saphety.com; faturaeletronica@saphety.com e helpdesk@saphety.com.
- d. qualquer esclarecimento adicional relacionado com faturas deve ser tratado na sequência de contato com o endereço: servico.contabilidade@cm-braga.pt.
2. Caso não disponha de uma solução de faturação eletrónica e se trate de uma micro, pequena ou média empresa ou ainda uma entidade pública enquanto entidade cocontratante, poderá até dia 31 de dezembro de 2024 enviar faturas em PDF para o seguinte endereço: servico.contabilidade@cm-braga.pt (n.º 4 do Decreto-lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e artigo 305.º da LOE 2024, Lei n.º 82/2023).
3. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/ requisição externa de despesa**.
4. No caso de entregas parciais, o valor a pagar é faturado de acordo com as entregas efetuadas/serviços prestados, se aplicável.
5. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens/execução dos serviços prestados.
6. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
7. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
8. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens ou serviços efetivamente fornecidos ou prestados no período a que se referem, respeitando o artigo 292.º do CCP.
9. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
10. Mais se informa que os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga e poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>.

Secção II – Obrigações do cocontratante

9ª. Obrigações principais do cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a. Obrigação de entrega e disponibilização dos bens identificados na sua proposta;
 - b. Obrigação de garantia de bom funcionamento de todos os serviços efetuados;
 - c. Obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato;
 - d. Obrigação da apresentação de um orçamento prévio à realização do evento, por forma a se controlar os custos de cada evento.
 - e. Obrigação da presença de um coordenador técnico durante as montagens e desmontagens do evento e durante os dias do evento.
 - f. Deverá ser assegurada toda a assistência técnica necessária durante a montagem e desmontagem dos diversos equipamentos e no decurso do evento, disponibilizando os recursos humanos e os equipamentos/materiais necessários à correção ou supressão de problemas que possam ocorrer, garantindo a operacionalidade, sem custos adicionais para a entidade adjudicante.
 - g. É da responsabilidade da entidade adjudicatária o envio dos termos de responsabilidade dos equipamentos, assim como, dos seguros de responsabilidade civil, descrições técnicas e outra documentação relevante para garantir que todos os bens cumprem a legislação em vigor.
 - h. Todas as despesas e custos com o transporte, montagem e desmontagem dos bens, objeto do presente procedimento, de e para os locais de instalação, são da inteira responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços.
2. O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos meios humanos e materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
 3. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento do contrato objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante.
 4. Não alterar as condições das obrigações fora dos casos previstos nas especificações do presente caderno de encargos;
 5. São igualmente da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, de marcas registadas, patentes, licenças ou direitos de propriedade industrial ou intelectual.

10ª. Proteção de dados pessoais

1. O cocontratante obriga-se, quer na sua qualidade de Responsável pelo Tratamento, quer na sua qualidade de Subcontratante, nos termos definidos nos n.ºs 7 e 8 do artigo 4.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a cumprir e a fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, incluindo, entre outras, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, sendo exclusivamente responsável por

implementar todas as medidas e requisitos necessários ao seu cumprimento durante a execução do contrato.

2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial no Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

11ª. Responsabilidades

1. O cocontratante responde perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do(s) contrato(s), bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do(s) contrato(s).
2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo cocontratante, no âmbito da execução do(s) contrato(s), este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do cocontratante a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do(s) contrato(s), em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

12ª. Dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

13ª. Termos de desempenho ambientais

1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactos ambientais.
2. Garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

Secção III – Penalidades contratuais e força maior

14ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento da obrigação necessária à boa execução do contrato até 3% do preço contratual;
 - b. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 3% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

15ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Secção III – Resolução e subcontratação contratual

16ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo cocontratante, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do cocontratante:
 - a. Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do cocontratante;
 - b. Prestação de falsas declarações;
 - c. Estado de falência ou insolvência;
 - d. Cessação da atividade;
 - e. Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do cocontratante e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante.

17ª. Resolução por parte do cocontratante

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

18ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Em caso de incumprimento pelo cocontratante das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o este cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

19ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, nos termos do disposto no DL n.º 174/2019, de 13 de dezembro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Secção IV – Disposições Finais**20ª. Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

21ª. Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato será identificado na fase de adjudicação.

22ª. Local da prestação de serviços/ entrega dos bens

Os bens objeto do contrato devem ser entregues, disponibilizados e montados em datas e locais a acordar com o Município de Braga

23ª. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

24ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Parte II – Cláusulas Especiais**25ª. Especificações técnicas**

Pretende-se o aluguer do seguinte equipamento, de acordo com as quantidades estimadas:

Código	Descrição	Quantidades Estimadas	Lotes
A001/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Extra-Grande) frente palco +side	11,00	LOTE 1
A002/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Grande) Frente e Palco	14,00	
A003/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Médio) Mo mesa frente	42,00	
A004/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Pequeno)	19,00	
A005/2022	Especificações técnicas (Audio Som Ambiente)	0,00	
B001/2022	4 headset + 4 microfone wireless	45,00	
B002/2022	8 headset + 4 microfone wireless	18,00	
B003/2022	Microfonia para Banda Kit Standart	16,00	

C001/2022	Basic Convencional	12,00
C002/2022	Convencional TP Pack	21,00
C003/2022	Convencional Teatro	4,00
C004/2022	Moving Head + Static 12 unid	7,00
C005/2022	Moving Head + Static 24 unid	10,00
C006/2022	Moving Head + Static 36 unid	13,00
C007/2022	Static Strob 12 unid	6,00
C008/2022	Arquitetural exterior	15,00
C009/2022	Arquitetural interior	21,00
C010/2022	Iluminação Arri 5k	25,00
C011/2022	Mesa de Iluminação	24,00
D001/2022	Box Truss 10 x10m	5,00
D002/2022	Box Truss 30 x 5 x 7 (3 meses)	0,00
D003/2022	Decks palco (10 und)	36,00
D004/2022	TECIDO TENSIONADO M2	300,00
D005/2022	Passa Cabos 2 vias	435,00
D006/2022	Passa cabos 5 vias	140,00
D007/2022	Linóleo dança 12 x 10	8,00
D008/2022	Estrutura Truss 6x4 com tela incluída	2,00
D009/2022	Cabine de tradução Normalizada	32,00
D010/2022	Sistema de Auriculares	1500,00
D011/2022	Estrutura truss Folding 10 metros altura	0,00
E001/2022	Ecrã LED 3,5 x 2	21,00
E002/2022	Ecrã LED 4,5 x 2,5 m	5,00
E003/2022	Ecrã LED 5,5 x 3	28,00
E004/2022	Ecrã LED 7 x 4	10,00
E005/2023	Ecrã LED 11 x 6	4,00
E006/2022	LCD 85" com Suporte móvel	48,00
E007/2022	Projektor de vídeo 7500 ANSI lumens	10,00
E008/2022	Projektor de vídeo 15000 ANSI lumens	0,00
E009/2022	Projektor de vídeo 20000 ANSI lumens	1,00
E010/2022	Projektor de vídeo 30000 ANSI lumens	2,00
E011/2022	Banner Led 70 x1m com estrutura em Truss 6 metros de altura	0,00
E012/2022	Projektor de cinema DCP	0,00
F001/2022	04 maquinas CO2	4,00
F002/2022	04 maquinas de fogo	4,00
F003/2022	08 Sparkulares	4,00
F004/2022	Máquina de Neve	3,00
F005/2022	Máquina de Confetis	14,00
G001/2022	Captação de Imagens com 3 camaras	11,00
G002/2022	Streaming	45,00
G003/2022	Grua com operador	5,00
H001/2022	Mobiliário de Palco Orquestra	3,00

H002/2022	Bateria Backline	1,00	
H003/2022	Combo Guitarra Electrica	0,00	
H004/2022	Combo baixo electrico	0,00	
H005/2022	Guitarra Electrica	0,00	
H006/2022	Baixo Electrico	3,00	
H007/2022	Teclado Nordstage	0,00	
H008/2022	Piano C3	0,00	
H009/2022	Piano C7	1,00	
H010/2022	Piano Steinway D	0,00	
H011/2022	Kit DJ	5,00	
I001/2022	Quadro Electrico 32 A 5 P	54,00	
I002/2022	Quadro Electrico 63 A 5P	29,00	
I003/2022	Quadro Electrico 125 A 5P	7,00	
I004/2022	Quadro Electrico 400 A 5P	4,00	
I005/2022	Cablagem electrica 16 A 3 P (metro)	1465,00	
I006/2022	Cablagem electrica 32 A 3 P (metro)	1500,00	
I007/2022	Cablagem electrica 32 A 5 P (metro)	345,00	
I008/2022	Cablagem electrica 63 A 5 P (metro)	50,00	
I009/2022	Cablagem electrica 125 A 5 P (metro)	220,00	
I010/2023	Cablagem Electrica 250 A 1 P (Metro)	220,00	
J001/2022	Gerador 100 kva	9,00	
J002/2022	Gerador 150 kva	10,00	
J003/2022	Gerador 180 kva	1,00	
J004/2022	Gerador 250 kva	12,00	
J005/2022	Gerador 330 kva	3,00	
J006/2022	Abastecimento Gerador /h	262,00	
J007/2022	Sincronização	3,00	
	Pré-montagem de ecrã LED	1,00	
	Estrutura em truss motorizada para suspensão de ecrã LED (4,5 x 2,5)	1,00	
K001/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,20m e 0,40m)	20,00	LOTE 2
K002/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,40m e 0,60m)	1370,00	
K003/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,60m e 0,80m)	20,00	
K004/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,80m e 1,00m)	20,00	
K005/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,00m e 1,20m)	40,00	
K006/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,20m e 1,40m)	150,00	
K007/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,40m e 1,60m)	187,50	
K008/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,60m e 1,80m)	0,00	
K009/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,80m e 2,00m)	0,00	

K010/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 2,00m e 3,00m)	10,00	LOTE 2
L001/2022	Palco Orbital (187,5m2) 15m x 12,5m + pre-rigg 10m	1,00	
L002/2022	Palco Orbital (250m2) 20m x 12,5m + pre-rigg 15m	0,00	
L003/2022	Palco Orbital (100m2) 10m x 10m + pre-rigg 5m	1,00	
L004/2022	Palco SRS 20m x 16,25m + pre-rig 15m	0,00	
L005/2022	Palco SRS 17,5m x 10m + pre-rig 10m	0,00	
M001/2022	Régie Orbital com 2 andares	1,00	
M002/2022	Torres PA 2,5m x 2,5m x 12m	12,00	
M003/2022	Torres PA 2,5m x 2,5m x 10m	0,00	
M004/2022	Pesos em betão 100kg 500Kg e 1000Kg	2,00	
M005/2022	Áreas de Serviço 3,75m x 7,5m	1,00	
M006/2022	Lonas ortofónicas para Torres PA	0,00	
M007/2022	Escadas de palco	29,00	
M008/2022	Rampa de acesso	14,00	
M009/2022	Viga exterior em aço	0,00	
M010/2022	Iluminação de Serviço e Emergência	2,00	
N001/2022	Barreiras Anti-pânico 1m	65,00	
N002/2022	Grades de Vedação	40,00	
N003/2022	Grades Delimitadoras	0,00	
N004/2022	Fitas extensíveis 3m	40,00	
N005/2022	Malha-sol verde (ml)	0,00	
N006/2022	Malha-sol opaca (ml)	65,00	
O001/2022	Stand expositor M (3m x 3m x 2m)	26,00	
O002/2022	Stand expositor L (6m x 3m x 2m)	0,00	
O003/2022	Banca de madeira com toldo branco de pano (Posto de informação): 2,2m x 0,70m	19,00	
O004/2022	Casa madeira 2,5m x 2,5m	0,00	
O005/2022	Stands modulares 3m x 3m	75,00	
Q001/2022	Dome 5m	0,00	LOTE 2
Q002/2022	Tenda Cónica 3m x 3m	23,00	
Q003/2022	Tenda Cónica 5m x 5m	8,00	
Q004/2022	Tenda 2 águas 5m x 5m	0,00	
Q005/2022	Tenda 2 águas 10m x 5m	0,00	
Q006/2022	Tenda orbital 10m x 5m	0,00	
Q007/2022	Tenda orbital 20m x 5m	0,00	
Q008/2022	Tenda Tensionada 10x10 (pesos incluídos)	0,00	
Q009/2022	Tunel Entrada (tenda orbital)	0,00	
Q010/2022	Tenda 2 águas 15m x 5m	6,00	
Q011/2022	Tenda 2 águas 20m x 5m	1,00	
Q012/2022	Tenda 2 águas 25m x 5m	0,00	
Q013/2022	Tenda orbital 15m x 5m	0,00	
Q014/2022	Tenda orbital 25m x 5m	16,00	
Q015/2022	Tenda de artesanato 2,40*1,5*2,2m	35,00	

Q016/2022	Tenda de artesanato 2,40*2,5*2,2m	35,00	LOTE 3
R001/2022	Contentor Balneário 6m x 2,44m	2,00	
R002/2022	Contentor Sanitário 6m x 2,44m	8,00	
R003/2022	Contentor Sanitário Mobilidade Reduzida + Berçário	4,00	
R004/2022	Contentor Camarim 6mx2,4m (com mobiliário: 2 espelhos, 3 mesas, 6 cadeiras, 1 frigorífico, 1 charrió)	1,00	
R005/2022	Sanitário Químico -un	35,00	
R006/2022	Limpeza Sanitários - un	30,00	
R007/2022	Contentor Posto Informação 2,44m x 2,44m	4,00	LOTE 2
S001/2022	Bancadas normalizadas com cadeiras individuais capacidade 404	1,00	
S002/2022	Bancadas normalizadas com cadeiras individuais capacidade 608	0,00	
T001/2022	Bombas de calor - un	0,00	
T002/2022	Ar-Condicionado - un	12,00	
T003/2022	Guarda-corpos - ml	100,00	
T004/2022	Alcatifa m2 com colocação	1825,00	
T005/2022	Frigorífico - un	2,00	
T006/2022	Saia de Palco - m2	1800,00	
T007/2022	Conjunto mesa + 2 bancos compridos - un	15,00	
T008/2022	Linóleo m2 (c/ colocação)	100,00	
T009/2022	Estruturas Biombo - ml	0,00	
T010/2022	Bancos compridos madeira - un	0,00	
T011/2022	Sofá/Poltrona Individuais - un	0,00	
T012/2022	Balcão de recepção - un	2,00	
T013/2022	Lavatório de mãos - un	10,00	
T014/2022	Sinalética WC e Mobilidade Reduzida (aérea e iluminada) - un	10,00	
T015/2022	Pérgulas de madeira com tecido 3x3 - un	0,00	
T016/2022	Bolas Insufláveis c/ impressão (2m de diâmetro) - un	0,00	
T017/2022	Paredes em madeira (1 m x 0,20m x 2m)	0,00	
T018/2022	Púlpito em acrílico	8,00	
T019/2022	Púlpito digital	6,00	
T020/2022	Mesas de apoio baixas	5,00	
T021/2022	Mesas de conferência	2,00	
T022/2022	Secretárias brancas	0,00	
T023/2022	Puff	46,00	
T024/2022	Cadeiras pretas almofadadas	3550,00	
T025/2022	Estante de Cubos	0,00	
T026/2022	Banco de Jardim em ferro	0,00	
T027/2022	Candeeiro de Jardim em ferro	0,00	
	Guarda Sol 4m x 4m	4,00 €	

Nota: Constan no “Mapa de quantidades”, artigos cuja quantidade estimada é zero, no **entanto é obrigatório sob pena de exclusão a indicação do preço unitário**.

A indicação do preço unitário obrigatório prende-se com uma eventual “troca de necessidades” uma vez que as quantidades são meramente estimadas.

26ª. Caracterização dos Equipamentos em Regime de Locação

Encontram-se nos documentos anexos ao presente caderno de encargos: Anexos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, Q, R, S, T.

LOTE 1 Modelos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J	SOM, LUZ, SERVIÇOS TÉCNICOS e GERADORES
LOTE 2 Modelos K, L, M, N, Q, T, O, S	TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS
LOTE 3 Modelo R	SANITÁRIOS

Encontra-se no mapa excell designado “Anexo I CE” as previsões de quantidades por eventos.

27ª. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS A AFETAR À EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Os equipamentos afetos à execução do contrato, devem respeitar as seguintes especificações:

- **Sustentabilidade:**

o uso de equipamentos que, sem comprometer a potência, apresentem menor consumo de energia elétrica. Soluções como tecnologias de iluminação a LED, amplificadores eficientes em termos energéticos e dispositivos com gestão inteligente de consumo serão preferenciais. Equipamentos que minimizem emissões de calor ou ruído excessivo, contribuindo para um ambiente sustentável.

- **Qualidade:**

Equipamentos de som, luz e estruturas devem oferecer alta performance, garantindo clareza de áudio, iluminação adequada, estabilidade e segurança nos diferentes tipos de eventos. Todos os equipamentos e estruturas devem cumprir as normas de segurança aplicáveis, garantindo resistência a condições adversas e operação segura. Palcos, mobiliário e sanitários devem proporcionar conforto e segurança ao público. Equipamentos

audiovisuais devem oferecer uma experiência agradável sem causar desconforto visual ou auditivo. Equipamentos e estruturas devem apresentar um design funcional e visualmente agradável, integrando-se harmoniosamente no ambiente do evento.

- **Eficiência:**

Equipamentos que utilizem menos energia elétrica (ex.: iluminação LED, geradores eficientes) e recursos de forma otimizada, sem comprometer a potência ou a qualidade, serão valorizados. Equipamentos e estruturas que permitam montagem e desmontagem rápidas e com menos esforço, reduzindo o tempo de preparação dos eventos e otimizando a logística. Soluções que requeiram manutenção mínima durante os eventos e que garantam operação contínua e eficiente, evitando interrupções ou falhas. Sistemas modulares e flexíveis, que possam ser ajustados facilmente para diferentes eventos e locais, serão considerados eficientes, maximizando a versatilidade e minimizando o esforço operacional.

- **Durabilidade e confiabilidade:**

Equipamentos e estruturas devem ser fabricados com materiais duráveis, capazes de suportar uso contínuo e condições ambientais adversas (ex.: vento, chuva, sol intenso), especialmente para eventos ao ar livre; devem garantir uma operação estável e confiável durante longos períodos, minimizando falhas ou interrupções durante os eventos; a resistência ao desgaste, choques e manuseio repetido será valorizada, especialmente em itens que exijam montagem e desmontagem frequentes.

- **Flexibilidade e escalabilidade:**

Equipamentos e estruturas devem ser flexíveis e facilmente ajustáveis para diferentes configurações de eventos, sem comprometer a qualidade ou a segurança. Sistemas que possibilitem a adição de equipamentos ou estruturas extras sem comprometer a segurança ou a qualidade do desempenho, permitindo que a operação cresça conforme as necessidades do evento. Equipamentos que sejam compatíveis com diferentes tecnologias e sistemas existentes, facilitando a integração e o uso de soluções variadas nos diferentes eventos.

- **Tecnologia e recursos avançados:**

Será valorizado o uso de tecnologias que aumentem a eficiência, conectividade e controlo remoto, facilitando a operação e monitorização. Equipamentos que incorporam tecnologias de ponta, como processamento digital de áudio e vídeo, garantirão melhor desempenho e qualidade nas apresentações. Sistemas que incluam recursos de monitoramento e diagnóstico para identificar falhas ou problemas em tempo real,

permitindo intervenções rápidas e minimizando interrupções. Tecnologias que promovem a sustentabilidade, como equipamentos de baixo consumo energético e sistemas de recuperação de energia, contribuirão para a eficiência e responsabilidade ambiental dos eventos.

- **Compatibilidade e integração:**

Equipamentos que possam ser facilmente integrados com outros sistemas e tecnologias já existentes sem necessidade de adaptações complexas ou comprometer a performance. Equipamentos que funcionem de forma eficiente com dispositivos de diferentes marcas e modelos, oferecendo flexibilidade para uso em diversas configurações de eventos e locais. A capacidade dos equipamentos e estruturas de se comunicarem e funcionarem de forma coesa, permitindo operações simplificadas e integração harmoniosa de diferentes componentes técnicos. Equipamentos que permitam a expansão e conexão com sistemas adicionais, sem comprometer a funcionalidade ou exigir substituições, serão preferidos por sua flexibilidade e longevidade operacional.

- **Certificação dos equipamentos e licenciamento do software:**


Os equipamentos devem possuir certificações que comprovem sua conformidade com normas internacionais de segurança e qualidade, garantindo sua adequação para uso em eventos e a segurança dos utilizadores. Os softwares utilizados para controlar ou monitorar os equipamentos devem ser devidamente licenciados, garantindo atualizações regulares, suporte técnico e conformidade com as leis de propriedade intelectual. Equipamentos que possuam certificações ambientais serão valorizados, promovendo a sustentabilidade do evento. Todos os softwares e equipamentos devem estar em conformidade com as legislações vigentes, garantindo seu uso legal, eficiente e seguro durante a execução do contrato.

28ª. Equivalência Técnica

Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 49.º do CCP, sempre que se verifiquem quaisquer menções a marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modos de produção deve considerar-se, em tais casos, a menção “ou equivalente”.

Despacho:

Aprovo o presente caderno de encargos.

Braga, 2024 / 12 / 02
 O Presidente da Câmara.